

A inclusão de projetos de desenvolvimento de participação política no ensino técnico: possibilidades e desafios

André Galindo da Costa¹
Juliana Tavares Pereira Cardoso²
Daniel Bruno da Silva³

RESUMO

Este trabalho apresenta o relato da experiência de um projeto pedagógico de participação política aplicado aos alunos da Escola Estadual Técnica Marinês Teodoro de Freitas Almeida, no município de Novo Horizonte (SP). No sentido de complementar a carga curricular dos alunos do ensino profissionalizante e gerar competências e habilidades de participação, debate e decisão, cumprindo premissas legais e éticas, a escola desenvolveu um projeto de Hora Atividade Específica (HAE) com o nome de “*Participação Social nos Gastos Públicos de Novo Horizonte*”. Tal artigo não tem como preocupação maior a demonstração de resultados inovadores de caráter científico, mas pretende mostrar a partir de uma experiência específica de aplicação de conceitos teóricos e práticas metodológicas, os potenciais e limites do desenvolvimento da formação cidadã e democrática, complementando a formação profissional dos cursos técnicos desta instituição pública de ensino profissionalizante.

Palavras-chave: Ensino técnico. Participação política. Projetos pedagógicos.

ABSTRACT

This work presents a participatory experience from pedagogic politic participation between students from State Technique School Teacher Marinês Teodoro de Freitas Almeida, in Novo Horizonte city, São Paulo state. With intend to complement the curricular load of students from professional education and create, discussing and decide, doing legal and ethical assumptions, the school developed a project of specific activity hour (HAE) with the name of “*Social Participation in the public expenses of Novo Horizonte*. This article doesn’t have like main worry the demonstration of new result of scientific character, but it intends to show, from an

1 Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e aluno do programa de mestrado em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (USP), andregalindo@usp.br.

2 Bacharel em Direito pela Universidade Paulista e aluna do curso de pós-graduação em Direito Civil da Universidade Paulista, juliana.tavaresc@gmail.com.

3 Licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade Faceres e aluno do curso de pós-graduação em Sociologia Política na Faculdade Faceres, danbruno2010@hotmail.com.

specific experience of application of theoretic issues and methodologic practices, the potential and limit of development of the democratic citizen formation, complementing the professional formation of technical courses this public institution of professionalizing teaching.

Key words: Technical education. political participation. pedagogical projects.

METODOLOGIA

A metodologia usada neste trabalho baseou-se em uma revisão teórica a fim de gerar uma pesquisa bibliográfica que iluminasse os caminhos das experiências recentes de democracia participativa e apresentasse algumas das características históricas do ensino técnico no Brasil.

Para a consecução da pesquisa empírica, utilizou-se o resultado de uma entrevista estruturada com 421 alunos, relatos de profissionais técnicos da prefeitura de Novo Horizonte (SP), entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas diretamente com o projeto estudado e o uso de fotografia documental como forma de utilizar imagens reais como registro factual. Também se realizou uma descrição das características gerais tanto do município quanto da escola onde se deram as ações em questão. Esta descrição foi então, fruto de uma pesquisa documental a leis, sites da internet e periódicos.

Cabe ressaltar que este trabalho tem por objetivo realizar o relato de uma experiência de um projeto pedagógico de ensino. Por se tratar de um relato de experiências, não tem preocupação maior em apresentar resultados de uma possível investigação de caráter científico. Justifica-se assim, também, a não utilização de uma discussão teórica mais ampla e mais profunda.

A ABORDAGEM DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

No Brasil diversas práticas inovadoras de democracia participativa têm sido destaque internacional e objeto de diversos estudos. Estas se tornaram mais

comuns a partir da década de 1980, sendo resultado de uma intensa atividade da sociedade civil em oposição ao regime militar autoritário, contribuindo para a criação das bases para o processo de redemocratização brasileiro⁴. A ação de segmentos da sociedade nesse período não se restringiu apenas à reivindicação pela volta da democracia, mas acima de tudo, surgiram diversos grupos engajados em demandas sociais e de direitos humanos. Esse quadro é visto como o ressurgimento da sociedade civil brasileira. (AVRITZER, 1994)

Conforme Avritzer (1994), um destaque especial é dado ao potencial da nova sociedade civil organizada em fazer oposição ao modelo autoritário de modernização econômica, que foi prática brasileira no regime militar, e ao modelo democrático liberal e não participativo difundido na Europa e na América do Norte.

Em 1984 intensifica-se o processo de redemocratização no Brasil, que veio a materializar-se em 1985. Em 1988 há uma grande inovação, que foi a promulgação da nova Constituição Federal, atualmente em vigor, também conhecida como constituição cidadã. Além de trazer o arcabouço legal para o novo Estado democrático brasileiro, a nova constituição destacou-se pela garantia de diversos direitos sociais e por institucionalizar a participação popular junto ao Estado (BRASIL, 2005). Destaque para o seu capítulo II do título VII, que leva o nome de “Da Política Urbana” e que forneceu as premissas para a instituição da Lei 10.257/10, conhecida também como Estatuto da Cidade, que tem por princípios o planejamento urbano participativo e a função social da propriedade (BRASIL, 2002).

Este contexto, segundo Avritzer (1997), gera um aumento muito grande de associações cíveis e movimentos sociais no Brasil, principalmente na região sudeste. Essas formas de organização social passam a discutir questões relacionadas com direitos humanos, como por exemplo, homoafetividade, meio

4 O regime militar no Brasil, também conhecido por ditadura militar, foi um regime político autoritário que governou o país entre 1964 e 1985. Esse regime foi pautado em presidentes pertencentes às forças armadas brasileiras, eleitos por voto indireto e pelo apoio de setores conservadores de direita, empresários e por boa parte da mídia. Esse modelo inspirou outras ditaduras militares por toda a América Latina com o apoio dos Estados Unidos. No Brasil o regime passa a enfraquecer na década de 1980, sobretudo pela pressão de setores da sociedade civil e através do movimento “Diretas Já!”.

ambiente, DST/AIDS, moradia, direitos das crianças e dos adolescentes, condições dos moradores de rua, direito da mulher, reforma agrária e outras.

Avritzer (2008), nos mostra como essas circunstâncias vieram a gerar não apenas o associativismo autônomo, mas acima de tudo novas experiências de organização social que dependem conjuntamente da sociedade e do Estado. Entre elas temos três formatos que se destacaram mais. São eles: o orçamento participativo; os conselhos de políticas públicas, principalmente nas áreas da saúde e da assistência social; e os planos diretores municipais (AVRITZER, 2008). Para além de garantias institucionais, essas práticas foram resultado também de formas de atuação conjunta entre governo e população que ocorreram no Brasil desde o final da década de 1970 e que apresentaram aumento de eficiência e maior transparência das políticas públicas (PIRES, 2000).

Analisando esta nova forma de organizar o Estado brasileiro, Frey (2004), apresenta a importância de se mobilizar o conhecimento disponível na sociedade e utilizá-lo para a melhoria da gestão, o que ele chama de governança interativa. O autor entende que as ações que envolvem a participação popular, são capazes também de gerar a emancipação da população. A esse conjunto de premissas Frey (2004) dá o nome de abordagem democrático-participativa da reforma do Estado e crê que ela:

[...] visa a estimular a organização da sociedade civil e promover a reestruturação dos mecanismos de decisão, em favor de um maior envolvimento da população no controle social da administração pública e na definição e na implementação de políticas públicas. (Frey, 1996 apud Frey, 2004, p.125)

De todas as formas de participação conjunta entre a população e o Estado, receberam destaque especial os modelos de orçamento participativo (OP). Isso porque, conforme Lacher (1995), o OP é uma ferramenta crítica à metodologia tradicional de formulação do orçamento público e que gera a obrigação de se efetivar políticas públicas e também um maior controle social sobre os gastos públicos e as ações do poder público.

Pontual (2000) enxerga o OP para além dos ganhos materiais da população. O autor ressalta que o OP tem um grande potencial educativo e de mudança na sociedade. Ele abre a possibilidade da população conhecer o funcionamento do orçamento público e seu sistema de receitas e despesas, a forma como se organiza os poderes políticos e a administração pública e os meios do associativismo como forma de reivindicação e organização cidadã. Assim o OP seria capaz de criar novos significados nos atores envolvidos na medida em que realiza uma mediação educativa capaz de gerar aprendizado. Além disso, a educação é um fator importante na construção da cidadania.

Diante da mesma perspectiva Lacher (1995, p.235) aponta que:

Podemos considerar essa nova forma de orçamentação como uma verdadeira inovação tanto em termos de concepção quanto de prática orçamentária. Mais do que isso, o orçamento participativo deve ser encarado como uma escola de cidadania, onde a relação sociedade—Estado é forjada através de uma relação biunívoca, em que os movimentos populares organizados influenciam diretamente a distribuição dos recursos públicos. Sendo assim, os anseios mais básicos e diretos da comunidade são debatidos, abordados e equacionados numa nova lógica. Dessa forma, o processo conquista a legitimidade, que será maior quanto maior for a organização da comunidade e a disposição do Executivo em discutir, aprimorar e ampliar os debates.

Assim, fica clara a importância dessas práticas recentes no projeto de se construir uma nova democracia, mais horizontal e participativa e que possa, pelo menos em partes, superar alguns vícios políticos existentes no Brasil, como por exemplo, o autoritarismo, o clientelismo, o insulamento burocrático e o paternalismo⁵. Santos e Avritzer (2002) entendem que as novas experiências surgidas no Brasil e na América Latina a partir dos anos 1990, onde se inclui o OP, são capazes de criar uma corrente de globalização contra-hegemônica e que atende mais as necessidades dos países em desenvolvimento.

Neste contexto surgem diversos esforços que vão de nível nacional a nível municipal, e do global ao local que buscam difundir práticas participativas na população com a finalidade de incentivar o ativismo, o civismo e o interesse por questões políticas. O contexto parece apresentar um conjunto de possibilidades

5 Sobre particularidades históricas da política brasileira que perduram até hoje, ver Nunes (2010).

de desenvolvimento de ações nesse sentido. As aberturas oferecidas para a inserção da sociedade civil no Estado devem ser vistas como oportunidades. Mais do que a busca por recursos imediatos, por parte da população, esse cenário parece levar a uma mudança de cultura e, quem sabe, superar algumas das mazelas históricas do Brasil.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

A busca pela formação educacional para o trabalho, nos leva ao período colonial, se desenvolve durante o império e chega até a república, estando sempre associada à formação de pessoas pertencentes às classes sociais subalternas e com a finalidade de fornecer mão de obra ao setor produtivo. No Brasil, os primeiros aprendizes de ofício foram os índios e os escravos negros (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007). Além desse episódio podemos apontar, conforme Ministério da Educação (2007), como momentos históricos marcantes do ensino profissional no Brasil aqueles vinculados à:

- A exploração de ouro em Minas Gerais, quando foi necessária a formação de pessoas para trabalharem na casa da moeda.
- Os centros de aprendizagem de ofícios nos Arsenais da Marinha do Brasil.
- A proibição por parte da coroa portuguesa da existência de fábricas no Brasil em 1785, levando a estagnação do ensino tecnológico.
- A adoção do modelo profissional nos anos de 1800 para as camadas menos privilegiadas da sociedade, onde crianças e jovens desenvolviam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, sapataria e carpintaria.
- Com a vinda da família real ao Brasil há a instalação do Colégio de Fábricas para atender à educação de artistas e aprendizes vindos de Portugal.
- Em 1906 com a consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, através da criação de escolas profissionais no Estado do Rio de Janeiro e a

realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino industrial, agrícola e comercial.

Para Jacometti (2008), o ensino profissionalizante de fato se fortalece no Brasil em 1909, com a criação por iniciativa do Presidente Nilo Peçanha, das Escolas de Aprendizes e Artífices nas capitais dos Estados. Conforme Jacometti (2008, p.236): “Na época, a intenção era oferecer uma alternativa para que os filhos da classe trabalhadora adquirissem uma profissão e entrassem no mercado de trabalho.” Isso fez com que, até a década de 1950, as escolas técnicas voltassem para a indústria incipiente e que na década de 1970, surgisse a Lei nº 5.692/71 que tornava obrigatório a todas as instituições de ensino de 2º grau cursos profissionalizantes integrados.

Segundo Jacometti (2008, p.237) a Lei 5.692/71 e toda essa situação:

[...] vem da arbitrariedade do Governo Militar e suas circunstâncias merecem ser investigadas. Segundo Gadotti (1991), o período pós-64 deve ser considerado um retrocesso sob muitos aspectos, não apenas pelo tecnicismo de suas propostas, mas por ter rompido com as buscas metodológicas da Escola Nova. “O caráter fundamental da escola do período ditatorial é o autoritarismo, o elitismo e o descaso pela formação popular. O golpe militar foi um golpe “[...] contra a ascensão crescente da classe trabalhadora ao poder, aberta com a aliança policlassista existente no período histórico anterior (o período populista: 1930-64)” (GADOTTI, 1991, p. 105 apud JACOMETTI, 2008, P.237).

Para Saviani (2008) o Regime militar implantado no Brasil em 1964 foi um grande propulsor do que ele chama de concepção produtivista da educação. Essa foi amparada pelo instituto legal implantado no Regime militar sobre educação e previa maior racionalidade, eficiência e produtividade a partir de maiores resultados com menores investimentos. Para o autor, esse legado do regime militar sobreviveu às críticas que veio a sofrer na década de 1980 e orientou a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) em 1996 e o Plano Nacional de Educação de 2001.

No entendimento de Saviani (2008, p. 296):

Este sentido geral se traduz pela ênfase nos elementos dispostos pela “teoria do capital humano”; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; [...]

Jacometti (2008), mostra historicamente como as escolas técnicas no Brasil ofertavam um curso profissionalizante muitas vezes desvinculado da realidade do mercado de trabalho para as classes sociais subalternas. Já a classe média buscava um ensino que facilitasse o seu acesso à universidade e a educação de ponta.

A lei 5.692/71 só foi revogada pela lei 9.394/96, a LDB. Neste momento o ensino médio passa a compor à educação básica e a educação profissional passa a ser um ensino pós-secundário. No entanto em 2004, a partir do Decreto nº5.154/04 se não volta a ser o obrigatório o ensino técnico integrado ao médio passa a ser permitido.

Diante desse cenário de estímulo a uma educação tecnicista como fruto de políticas que existiram desde o período colonial, mas que foi acentuado no regime militar Martins (2000) problematiza essa circunstância diante da internacionalização das economias e o intenso fluxo de comunicação e conhecimento que gera a “... reorganização do mundo do trabalho e da dinâmica social dele decorrente” (MARTINS, 2000, p. 69). A autora aponta que a flexibilização no mundo do trabalho gerada, entre outras coisas, pelo processo de globalização traz a necessidade de pessoas capazes de desenvolver seus potenciais intelectuais, não de forma especializada e sim de maneira interdisciplinar ou transdisciplinar e que superem as diretrizes tecnicistas dos anos 1970.

Nesse contexto a UNESCO (1994) prevê que os alunos devem desenvolver na escola a capacidade de abstração, de desenvolvimento sistêmico complexo e inter-relacionado, de habilidade de experimentação, de capacidade de colaboração, de trabalho em equipe e de interação com os pares. Assim temos que:

Outra questão a ser considerada e insistentemente apontada na Resolução n. 3/98 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais diz respeito à superação da situação provocada pela Lei n. 5.692/71. Segundo esses documentos, nos anos 60 e 70, a política vigente priorizou a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias ou de dirigir processos de produção, propondo, para tanto, a profissionalização compulsória. Contemporaneamente, os desafios são de outra ordem, pois o volume de informações produzido em decorrência de novas tecnologias tem sido constantemente superado, exigindo novos padrões de formação: a meta principal, portanto, deve ser a formação geral, em oposição à formação específica, tendo em vista a volatilidade das informações e a permanente superação de paradigmas. (MARTINS, 2000, p. 77)

Assim, vemos que a necessidade da educação técnica incluir em seus objetivos de formação, habilidades e competências voltadas para a complexidade do mundo contemporâneo e o desenvolvimento no aluno de capacidades interdisciplinares se torna emergente. Além disso, a formação da cidadania atrelada à preparação para o mercado de trabalho é condição de desenvolvimento social nessa nova realidade.

A situação produtivista que parece rondar o ensino técnico-profissionalizante no Brasil se depara com duas circunstâncias altamente influentes na educação brasileira e que parecem oporem-se às heranças autoritárias do regime militar na educação. Uma que possui uma característica mais de gestão escolar e outra com características mais pedagógicas.

A primeira circunstância é que tem um caráter relacionado à gestão escolar e de projetos escolares é a forma de gestão escolar democrática baseada em princípios que prezam pela participação ativa da comunidade na vida escolar. Esses princípios estão vinculados aos documentos oficiais produzidos pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI convocados pela ONU e pela UNESCO. Sobre esse pressuposto Rossi e Höfling (2009, p. 273) afirmam que:

No âmbito da lei, a relação escola-comunidade oportuniza a melhoria da qualidade da experiência escolar e do desempenho dos alunos, potencializa práticas educativas, nos momentos de produção de conhecimento, de partilhas coletivas e cooperativas organizacionais, que também são de naturezas sociais.

A segunda circunstância, que tem fundamento pedagógico, diz respeito às influências que a teoria do pedagogo e pensador Paulo Freire exerce sobre a educação brasileira, partindo da ideia de que a sociedade é dividida em classes e que as classes subalternas não gozam da maior parte dos privilégios das classes dominantes, inclusive a educação (RUBIO, 1997). Freire (2011) aponta que a educação deve ter um papel libertador, de mudança social e de transformação cultural para os países de terceiro mundo a partir da tomada de consciência da realidade.

Segundo Freire (2011), o professor deve superar a condição de detentor máximo do conhecimento através de uma relação dialógica⁶ com o aluno. A construção do saber se dá então mediante a realidade do aluno e por meio de uma visão crítica do mundo dando a ele as condições de transformar a realidade social mediante o conhecimento. Nesse caso podemos afirmar que a teoria de Freire (2011) leva em conta a natureza política da educação no processo de conscientização e como prática da liberdade.

Assim fica o desafio de associar práticas de integração da escola com a comunidade local e a tentativa de se colocar em prática um modelo de educação libertador em um sistema ainda manchado pelas marcas autoritárias da ditadura militar, que se mostra desfavorável às classes sociais subalternas, já que parece ter por objetivo único atender necessidades imediatas de mão de obra do setor produtivo.

DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE E DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL MARINÊS TEODORO DE FREITAS ALMEIDA.

Novo Horizonte é um município do interior do Estado de São Paulo, localizada na região do Noroeste Paulista e a 410 km de distância da capital do

6 A esse modelo de educação tradicional onde o professor tem o papel de detentor de todo o conhecimento e o aluno é um mero memorizador de informações que muitas vezes não apresentam sentido para a sua realidade Freire (2011) chamou de educação bancária.

Estado. Conforme o IBGE⁷ Novo Horizonte possuía em 2012 uma população estimada de 37.222 habitantes e em 2009 apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 781.308.000,00 dos quais aproximadamente 9% eram gerados pela agricultura, 20% pela indústria, 62% pelo setor de serviços e 9% em forma de impostos líquidos dos subsídios. A Lei Orçamentária municipal de 2012 previu para as finanças públicas uma receita total estimada e uma despesa total fixada no valor R\$ 81.765.000,00. Em 2003 o PNUD⁸ apresentou que o Índice de Desenvolvimento Humano em Novo Horizonte foi de 0,808, o que se enquadra em um alto nível de desenvolvimento humano.

É importante destacar que Novo Horizonte não possui uma tradição associativa significativa e nem um histórico de organizações e lutas sociais. Também foi possível observarmos uma baixa incidência de canais de comunicação, apresentação de demandas, participação e pressão entre sociedade e Estado, sendo esses limitados aos conselhos obrigatórios ou condicionantes para o repasse de verbas e com baixos níveis de participação e representatividade.

No dia 19 de Julho de 2009 foi firmado um convênio entre a Prefeitura municipal de Novo Horizonte e o Centro Paula Souza⁹, na figura do então secretário do Desenvolvimento do Estado, que criava os cursos técnicos em administração e comércio na cidade de Novo Horizonte. Nesse mesmo ano, foi assinado o Decreto de criação da Escola Técnica Estadual (Etec) Professora Marinês Teodoro de Freitas Almeida, publicado na data de 1º de setembro de 2009. Na época essas salas descentralizadas funcionavam em outra escola municipal, até que em outubro de 2010 a escola tivesse sede própria em outro prédio.

7 IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

8 O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é responsável pela elaboração Índice de Desenvolvimento municipal (IDH-M).

9 O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) é uma [autarquia](#) do governo do estado de São Paulo que administra as Escolas Técnicas Estaduais ([ETEC's](#)) e as Faculdades de Tecnologia ([FATEC's](#)).

O ano de 2010 foi marcado pela inclusão de duas turmas de ensino médio¹⁰ e a oferta de dois novos cursos técnicos, no caso o técnico em informática e o técnico em contabilidade. Em 2011, o curso novo oferecido pela Etec foi o curso Técnico em Turismo Receptivo, visto que o município de Novo Horizonte fora incluído no Circuito Turístico do Noroeste Paulista, havendo a necessidade de formação de mão de obra qualificada neste setor. Além disso, a Etec tem tido atuação em municípios vizinhos à Novo Horizonte, seja através de classes descentralizadas, no caso Sales (SP), Borborema (SP) e Potirendaba (SP), ou por meio de cursos de qualificação de curta duração¹¹. Em 2011 a Etec desenvolveu um projeto de orientação jurídica e contábil junto a organizações do terceiro setor, este teve um grande envolvimento de alunos e professores e uma forte repercussão diante da comunidade. Para o ano de 2013 serão ofertados também os cursos de técnico em eventos e técnico em meio ambiente.

O PROJETO “PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS DE NOVO HORIZONTE” NA BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Em Julho de 2012 os professores da Etec formularam um projeto de Hora Atividade Específica (HAE) a partir da constatação de uma deficiência da realidade social e política de Novo Horizonte. A Lei de Responsabilidade Fiscal¹²(LRF) em seu artigo 48, inciso I exige o “...incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.”

10 A cada novo ano tem sido oferecido duas novas salas para alunos do primeiro ano do ensino médio.

11 Esses se deram através do Programa Via Rápida, fruto da parceria entre Prefeituras, o Centro Paula Souza e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, com abrangência nas cidades de Urupês, Itajobi, Borborema, Marapoama, Adolfo, Ibirá e Uchoa.

12 A Lei de Responsabilidade Fiscal, oficialmente [Lei Complementar](#) nº 101 de 2001, é uma [lei brasileira](#) que impõe o [controle](#) dos gastos federais, estaduais e municipais. Essa lei promoveu também a transparência e a participação social na elaboração e controle das leis orçamentárias.

No entanto, foi possível identificar, a partir de relatos dos próprios funcionários da prefeitura municipal, que a participação popular na formulação das leis orçamentárias tinha sido muito pequena ou em algumas ocasiões até mesmo nula. Dessa forma, baseados nas premissas da Lei 9394/96, a LDB, que garante que: "...a educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho..." (BRASIL, art. 2º), e no art. 205 da Constituição Federal que prevê que a educação: "... será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." Dessa forma foi proposto o projeto de HAE com o título de *"Participação social nos gastos públicos de Novo Horizonte."*

Cabe esclarecer que os projetos de HAE são uma forma de atuação docente e discente disponibilizada pelo Centro Paula Souza para as escolas técnicas desenvolverem atividades complementares na formação do aluno, tentando colocá-los diante de fatos da realidade e em parceria com a sociedade. As premissas teóricas que mais influenciaram os professores na formulação do projeto são aquelas que tentam superar o caráter produtivista da educação profissionalizante e que incentivam a cidadania. Assim vemos uma forte tendência no desenho do projeto das teorias que buscam uma maior interação entre escola e comunidade e de emancipação social do aluno por meio da educação, pautadas principalmente nos escritos de Paulo Freire. Seu principal objetivo foi levantar entre os alunos, uma arena de discussão e formas de ação que estimulassem a participação social na elaboração das leis orçamentárias municipais.

FIGURA 1: Apresentação do projeto e de suas bases teóricas aos alunos.



FONTE: Fotografia produzida pelos autores do artigo.

A execução do projeto iniciou-se por uma apresentação dos professores aos alunos sobre os objetivos e finalidades do projeto. Neste instante os professores também fizeram uma construção histórica dos regimes políticos no Brasil, esclarecendo que passamos por momentos autoritários, oligárquicos e democráticos, apresentando quais foram os espaços de participação popular em cada um desses momentos. Também foi possível conceituar o orçamento público e mostrar sua importância no atual Estado democrático de direito. Por fim foi possível levantar a importância dos novos canais de comunicação entre Estado e sociedade e os formatos de participação social na busca pelo desenvolvimento local que se criaram após a redemocratização.

Em um segundo instante, foi realizada uma pesquisa quantitativa entre 421 alunos da Escola Técnica professora Marinês Teodoro de Freitas Almeida, com intuito de levantar o seus graus de interesse por questões políticas e seus conhecimentos sobre a existência e as possibilidades de participação na formulação do orçamento público, assim como às áreas que eles entendem como prioritárias. Apesar das perguntas serem previamente formuladas pelos professores, esse instante contou com a participação direta dos alunos no levantamento e na tabulação da pesquisa.

FIGURA 2: Alunos realizando a tabulação da pesquisa quantitativa.

FONTE: Fotografia produzida pelos autores

O resultado da pesquisa foi fundamental para o desenvolvimento do projeto e existiram algumas questões-chave no questionário de respostas fechadas de sim ou não: dos 421 alunos entrevistados, 257 disseram não ter nenhum interesse por política, 404 não acreditam que os gastos públicos são realizados da maneira adequada, 213 disseram não ter interesse em participar, caso existissem canais de participação social na formulação dos gastos públicos, 225 não sabiam o que era orçamento público e 361 não acreditam que os políticos estejam comprometidos com o bem comum.

Através de uma interpretação por alto, estas respostas refletem questões culturais e históricas muito marcantes no país como a descrença na efetividade da ação dos representantes políticos e das instituições públicas, uma possível falta de interesse sobre as formas de participação política e o que a nosso ver parece ser o mais grave por representar deficiências educativas que é o desconhecimento das instituições políticas existentes, seus meios de garantir a democracia e seu funcionamento.

Com o resultado da pesquisa somado a discussão realizada entre os professores e os alunos, que só foi possível após o entendimento do que era orçamento público e a evolução histórica da democracia no Brasil, conjuntamente foi possível formular um roteiro de ação mais efetivo. Dessa forma, o grupo, tomando conhecimento da audiência pública que se realizaria na Câmara municipal no dia 25 de setembro de 2012, para a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2013, decidiu fazer-se presente.

FIGURA 3: Alunos da Etec na audiência pública da Câmara municipal para a aprovação da LOA.



FONTE: Fotografia produzida pelos autores.

Para tanto, formularam também uma pauta de reivindicação que se baseava nos interesses envolvidos em outro projeto associado ao curso técnico em turismo receptivo. A mesma formulou-se no sentido de solicitar para o poder público os recursos acordados em outro instante para investimentos públicos no desenvolvimento do turismo local, sobretudo o turismo rural. Esses recursos eram fundamentais para se colocar em prática o projeto de construção da marina com o fim de desenvolvimento do turismo fluvial no rio Tietê, visto que uma das demandas mais imediatas é a sinalização turística.

FIGURA 4: Representantes do legislativo e técnicos da prefeitura na Câmara municipal



FONTE: Fotografia produzida pelos autores.

A partir dos relatos por meio de entrevistas semiestruturada de algumas figuras que fizeram parte dessa experiência participativa dos alunos da Etec, relataremos algumas impressões pessoais sobre o projeto.

Foi possível observar como a atuação de alunos, professores e familiares de alunos na audiência pública deixou clara a importância das ações da sociedade civil junto ao mercado e ao Estado em uma ação conjunta para o desenvolvimento do município de Novo Horizonte. Destaca-se também a importância do setor público canalizar recursos para atrair o capital privado no desenvolvimento do turismo sustentável regional. Observa-se uma atenção especial ao caráter democrático, ético e de solidariedade da ação e de como ela foi fundamental para que os recursos destinados ao desenvolvimento do Turismo para o ano de 2013 passassem por uma revisão dos legisladores e aumentasse de R\$210.000,00 para R\$550.000,00¹³.

13 Conforme entrevista para essa pesquisa com Adauto Roberto de Barros, assessor de governo municipal na área de turismo e responsável pela inserção do município de Novo Horizonte no circuito turístico do Noroeste Paulista.

A presença dos alunos causou surpresa aos representantes do legislativo local, que não esperavam e não se deram conta do fato. Tanto que, muitos dos vereadores estavam ausentes na audiência pública, devido a outro compromisso político que havia ocorrido naquela tarde. O uso da palavra por parte de professores e de alunos deu consistência a ação, já que mostrou que esses apresentavam conhecimento sobre questões tecnopolíticas do orçamento público e seu papel na promoção da democracia. O maior ganho é visto na medida em que o orçamento público, pelo menos neste instante, deixa de ser uma prática de conhecimento e entendimento limitada aos burocratas e aos políticos e passa a ser compartilhada também com os interesses e as demandas da sociedade¹⁴.

A prática participativa serviu como uma grande inovação em termos políticos locais. Nunca foram marcantes no município, ações de mobilização social como essa e o sucesso dessa atividade, tende a criar novas práticas e aumentar o controle social sobre o poder público. As pessoas envolvidas no projeto foram os únicos representantes da sociedade civil a estarem presentes na audiência pública, o que constata a falta de interesse e de informação sobre o acontecimento das mesmas. Este projeto deve ser mais bem desenvolvido para que sempre se façam presentes representantes da sociedade civil nas audiências públicas. Para tanto, aponta que o projeto deve dar um passo a mais saindo das mediações da Etec e oferecendo treinamento e informação à lideranças locais, associações de bairros e temáticas¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não teve por finalidade criar generalizações e nem apresentar uma receita prática de inserção da cidadania complementando a

14 Conforme entrevista para essa pesquisa com João Tadeu Oliveira Lourenço, agente de viagens autônomo, participante ativo do projeto e aluno do curso técnico em turismo receptivo da Etec prof.^a Marinês Teodoro de Freitas Almeida.

15 Conforme entrevista para essa pesquisa com Daniel Bruno da Silva, professor das disciplinas de ética e cidadania, sociologia, filosofia e história na Etec Prof.^a Marinês Teodoro de Freitas Almeida e idealizador e implementador do projeto.

formação profissional e técnica. Limita-se a um relato que mostra a experiência de alunos e professores de uma escola técnica pública no Brasil, em uma cidade onde não há uma cultura de mobilização social, de participação política da sociedade civil e de interesse pelas questões públicas. Ficou evidente o quanto foi possível uma participação pontual dos alunos em uma audiência pública, a capacidade de ação coletiva resultar em pressão ao Estado na efetividade das demandas sociais e o aumento do conhecimento das instituições públicas e canais de participação já estabelecidos. Para além da conquista do aumento de recursos, entre os entrevistados parece existir a impressão de que o projeto favorece uma construção democrática e mostra a importância da participação da sociedade civil nas instâncias do Estado, a publicidade e o controle social dos gastos públicos e a necessidade de difundir esta experiência.

Dentre as limitações aparentes podemos destacar que o projeto foi desenvolvido em uma situação restrita à escola. Dessa forma não sabemos qual seria a aceitação e os possíveis conflitos caso houvesse a difusão dele em outros grupos representantes da sociedade civil. De qualquer forma ele nos mostrou, mesmo que com toda sua limitação, é possível sim, atrelar questões sociais que favorecem o desenvolvimento da cidadania às escolas técnicas e profissionalizantes. Deixa-nos a esperança de que o aprofundamento dessa experiência e o desenvolvimento de novas práticas possam nos fornecer um panorama mais concreto dessas ações participativas em escolas técnicas.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 1, p. 43-64 Jun. 2008.

_____. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do Caso Brasileiro. In Leonardo Avritzer (coord.), **Sociedade civil e democratização**, Belo Horizonte, Del Rey, p. 271-308, 1994.

_____. Um desenho institucional para o novo associativismo, **Lua Nova**, nº 39, p. 149-74, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2005.

_____. **Estatuto da cidade e legislação correlata**. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. 2. ed. Atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2002.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 ago. 2012.

_____. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar nº 101, 04 de Maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 22 jul. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. Paz e Terra: São Paulo, 2011.

FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública interativa? **Política & Sociedade**, n.5, p.119-138, out. 2004.

IBGE. **CIDADES@**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 out. 2012.

JACOMETTI, Márcio. Reflexões sobre o contexto institucional brasileiro contemporâneo e as transformações na educação profissional. **Educar**. Curitiba, ed. UFPR, nº 32, p.233-250, 2008.

LACHER, Eduardo R. Notas sobre a atual problemática do orçamento público no Brasil e o Orçamento Participativo. **Indicadores econômicos FEE**. Porto Alegre, Ano. 22, nº 4, p. 219-237, 1995.

MARTINS, Ângela Maria. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio: Avaliação de documento. **Cadernos de Pesquisa**. nº 109, p.67-87 mar. 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 2007. Disponível em : < [http:// portal.mec.gov.br /setec/ arquivos/centenario/ historico_educacao_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)> Acesso em: 07 nov. 2012.

NOVO HORIZONTE. **Lei orçamentária anual de 2012.** Lei nº 3.514, 25 de Novembro de 2011. Disponível em: < <http://www.novohorizonte.sp.gov.br/home/GenericaConteudo.aspx? p01=170>> Acesso em: 08 nov. 2012.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil:** clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 2 ed: Rio de Janeiro, 2010.

PIRES, Valdemir. **Participação da Sociedade nos processos orçamentários:** a experiência brasileira recente. 2000. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio_TN/VPremio/sistemas/1siafpVPTN/PIRES_Valdemir.pdf > Acesso em: 22 Jul. 2011.

PNUD. **RANKING DO IDH DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL 2003.** DISPONÍVEL EM:
<HTTP://WWW.PNUD.ORG.BR/ATLAS/RANKING/IDH_MUNICIPIOS_BRASIL_2000.ASPX?INDICEACC ORDION=1&LI=LI_RANKING2003>. ACESSO EM: 15 OUT. 2012.

PONTUAL, Pedro de C. **O processo educativo no orçamento participativo:** Aprendizados dos atores da Sociedade Civil e do Estado. 54 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

ROSSI, Vera Lucia de; HÖFLING, Eloísa de Mattos. Qualidade da política de integração escola-comunidade: Educação para a paz? **Caderno Cedes.** Campinas, vol. 29, nº 78, p. 273-278, maio/ago. 2009.

RUBIO, Eduardo Medina. FREIRE: consciência e libertação (a pedagogia perigosa). **Revista da Faculdade de Educação.** São Paulo, vol. 23, nº 1-2, jan./dez. 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para Ampliar O Cânone Democrático. In Boaventura de Sousa Santos, **Democratizar a Democracia:** Os Caminhos da Democracia Participativa, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p 39-78, 2002.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Caderno Cedes.** Campinas, vol. 28, nº 76, p.291-312, set./dez. 2008.

UNESCO. **Relatório da reunião educação para o século XXI.** Paris, UNESCO, 1994.